

ÍNDICE-SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	5
NOTA PRÉVIA À 24ª EDIÇÃO	6
NOTA PRÉVIA À 23ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 22ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 21ª EDIÇÃO	8
NOTA PRÉVIA À 20ª EDIÇÃO	9
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	11
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
LEI Nº 41/2013, DE 26 DE JUNHO	27
LIVRO I Da ação, das partes e do tribunal	31
TÍTULO I Das disposições e dos princípios fundamentais	31
TÍTULO II Das espécies de ações	33
TÍTULO III Das partes	34
CAPÍTULO I Personalidade e capacidade judiciária	34
CAPÍTULO II Legitimidade das partes	39
CAPÍTULO III Patrocínio judiciário	41
CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre execuções	44
TÍTULO IV Do tribunal	46
CAPÍTULO I Das disposições gerais sobre competência	46
CAPÍTULO II Da competência internacional	46
CAPÍTULO III Da competência interna	47
SECÇÃO I Competência em razão da matéria	47
SECÇÃO II Competência em razão do valor	47
SECÇÃO III Competência em razão da hierarquia	48
SECÇÃO IV Competência em razão do território	48
SECÇÃO V Disposições especiais sobre execuções	51
CAPÍTULO IV Da extensão e modificações da competência	53
CAPÍTULO V Das garantias da competência	54

SECÇÃO I Incompetência absoluta	54
SECÇÃO II Incompetência relativa	55
SECÇÃO III Conflitos de jurisdição e competência	57
CAPÍTULO VI Das garantias da imparcialidade	58
SECÇÃO I Impedimentos	58
SECÇÃO II Suspeições	60
LIVRO II Do processo em geral	65
TÍTULO I Dos atos processuais	65
CAPÍTULO I Atos em geral	65
SECÇÃO I Disposições comuns	65
SECÇÃO II Atos das partes	69
SECÇÃO III Atos dos magistrados	72
SECÇÃO IV Atos da secretaria	76
SECÇÃO V Publicidade e acesso ao processo	78
SECÇÃO VI Comunicação dos atos	82
SECÇÃO VII Nulidades dos atos	85
CAPÍTULO II Atos especiais	89
SECÇÃO I Distribuição	89
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	89
SUBSECÇÃO II Disposições relativas à 1ª instância	90
SUBSECÇÃO III Disposições relativas aos tribunais superiores	92
SECÇÃO II Citação e notificações	93
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	93
SUBSECÇÃO II Citação de pessoas singulares	95
SUBSECÇÃO III Citação de pessoas coletivas	104
SUBSECÇÃO IV Notificações em processos pendentes	106
DIVISÃO I Notificações da secretaria	106
DIVISÃO II Notificações entre os mandatários das partes	109
SUBSECÇÃO V Notificações avulsas	109
TÍTULO II Da instância	110
CAPÍTULO I Começo e desenvolvimento da instância	110
CAPÍTULO II Suspensão da instância	113
CAPÍTULO III Extinção da instância	116
TÍTULO III Dos incidentes da instância	120
CAPÍTULO I Disposições gerais	120
CAPÍTULO II Verificação do valor da causa	120
CAPÍTULO III Intervenção de terceiros	124
SECÇÃO I Intervenção principal	124
SUBSECÇÃO I Intervenção espontânea	124
SUBSECÇÃO II Intervenção provocada	125
SECÇÃO II Intervenção acessória	126
SUBSECÇÃO I Intervenção provocada	126
SUBSECÇÃO II Intervenção acessória do Ministério Público	127

SUBSECÇÃO III Assistência	128
SECÇÃO III Oposição	129
SUBSECÇÃO I Oposição espontânea	129
SUBSECÇÃO II Oposição provocada	130
SUBSECÇÃO III Oposição mediante embargos de terceiro	131
CAPÍTULO IV Habilitação	132
CAPÍTULO V Liquidação	135
TÍTULO IV Dos procedimentos cautelares	136
CAPÍTULO I Procedimento cautelar comum	136
CAPÍTULO II Procedimentos cautelares especificados	140
SECÇÃO I Restituição provisória de posse	140
SECÇÃO II Suspensão de deliberações sociais	141
SECÇÃO III Alimentos provisórios	142
SECÇÃO IV Arbitramento de reparação provisória	143
SECÇÃO V Arresto	143
SECÇÃO VI Embargo de obra nova	145
SECÇÃO VII Arrolamento	146
TÍTULO V Da instrução do processo	148
CAPÍTULO I Disposições gerais	148
CAPÍTULO II Prova por documentos	150
CAPÍTULO III Prova por confissão e por declarações das partes	156
SECÇÃO I Prova por confissão das partes	156
SECÇÃO II Prova por declarações de parte	159
CAPÍTULO IV Prova pericial	159
SECÇÃO I Designação dos peritos	159
SECÇÃO II Proposição e objeto da prova pericial	161
SECÇÃO III Realização da perícia	162
SECÇÃO IV Segunda perícia	164
CAPÍTULO V Inspeção judicial	164
CAPÍTULO VI Prova testemunhal	165
SECÇÃO I Inabilidades para depor	165
SECÇÃO II Produção da prova testemunhal	166
TÍTULO VI Das custas, multas e indemnização	174
CAPÍTULO I Custas – Princípios gerais	174
CAPÍTULO II Regras especiais	174
CAPÍTULO III Multas e indemnização	179
TÍTULO VII Das formas de processo	180
CAPÍTULO I Disposições gerais	180
CAPÍTULO II Processo de declaração	180
CAPÍTULO III Processo de execução	180
LIVRO III Do processo de declaração	183
TÍTULO I Dos articulados	183
CAPÍTULO I Petição inicial	183

CAPÍTULO II	Revelia do réu	188
CAPÍTULO III	Contestação	189
SECÇÃO I	Disposições gerais	189
SECÇÃO II	Exceções	191
SECÇÃO III	Reconvenção	193
CAPÍTULO IV	Réplica	193
CAPÍTULO V	Articulados supervenientes	194
TÍTULO II	Da gestão inicial do processo e da audiência prévia	195
TÍTULO III	Da audiência final	198
TÍTULO IV	Da sentença	201
CAPÍTULO I	Elaboração da sentença	201
CAPÍTULO II	Vícios e reforma da sentença	203
CAPÍTULO III	Efeitos da sentença	205
TÍTULO V	Dos recursos	207
CAPÍTULO I	Disposições gerais	207
CAPÍTULO II	Apelação	214
SECÇÃO I	Interposição e efeitos do recurso	214
SECÇÃO II	Julgamento do recurso	216
CAPÍTULO III	Recurso de revista	222
SECÇÃO I	Interposição e expedição do recurso	222
SECÇÃO II	Julgamento do recurso	224
SECÇÃO III	Julgamento ampliado da revista	226
CAPÍTULO IV	Recurso para uniformização de jurisprudência	226
CAPÍTULO V	Revisão	228
LIVRO IV	Do processo de execução	233
TÍTULO I	Do título executivo	233
TÍTULO II	Das disposições gerais	236
TÍTULO III	Da execução para pagamento de quantia certa	241
CAPÍTULO I	Do processo ordinário	241
SECÇÃO I	Fase introdutória	241
SECÇÃO II	Oposição à execução	244
SECÇÃO III	Penhora	247
SUBSECÇÃO I	Bens que podem ser penhorados	247
SUBSECÇÃO II	Disposições gerais	252
SUBSECÇÃO III	Penhora de bens imóveis	256
SUBSECÇÃO IV	Penhora de bens móveis	259
SUBSECÇÃO V	Penhora de direitos	262
SUBSECÇÃO VI	Oposição à penhora	268
SECÇÃO IV	Citações e concurso de credores	269
SUBSECÇÃO I	Citações	269
SUBSECÇÃO II	Concurso de credores	270
SECÇÃO V	Pagamento	273
SUBSECÇÃO I	Modos de pagamento	273

SUBSECÇÃO II Entrega de dinheiro	273
SUBSECÇÃO III Adjudicação	274
SUBSECÇÃO IV Consignação de rendimentos	275
SUBSECÇÃO V Do pagamento em prestações e do acordo global	276
SUBSECÇÃO VI Venda	277
DIVISÃO I Disposições gerais	277
DIVISÃO II Venda mediante propostas em carta fechada	279
DIVISÃO III Outras modalidades de venda	283
DIVISÃO IV Da invalidade da venda	285
SECÇÃO VI Remição	287
SECÇÃO VII Extinção e anulação da execução	287
SECÇÃO VIII Recursos	290
CAPÍTULO II Do processo sumário	291
TÍTULO IV Da execução para entrega de coisa certa	292
TÍTULO V Da execução para prestação de facto	295
LIVRO V Dos processos especiais	299
TÍTULO I Tutela da personalidade	299
TÍTULO II Da justificação da ausência	300
TÍTULO III Do acompanhamento de maiores	302
TÍTULO IV Da prestação de caução	304
TÍTULO V Da consignação em depósito	307
TÍTULO VI Da divisão de coisa comum	310
TÍTULO VII Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge	312
TÍTULO VIII Da execução especial por alimentos	313
TÍTULO IX Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado	314
TÍTULO X Da prestação de contas	315
CAPÍTULO I Contas em geral	315
CAPÍTULO II Contas dos representantes legais de incapazes e do depositário judicial	317
TÍTULO XI Regulação e repartição de avarias marítimas	319
TÍTULO XII Reforma de autos	320
TÍTULO XIII Da ação de indemnização contra magistrados	322
TÍTULO XIV Da revisão de sentenças estrangeiras	324
TÍTULO XV Dos processos de jurisdição voluntária	325
CAPÍTULO I Disposições gerais	325
CAPÍTULO II Providências relativas aos filhos e aos cônjuges	326
CAPÍTULO III Separação ou divórcio por mútuo consentimento	328
CAPÍTULO IV Processos de suprimento	329
CAPÍTULO V Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomisso	330
CAPÍTULO VI Autorização ou confirmação de certos atos	332
CAPÍTULO VII Conselho de família	333
CAPÍTULO VIII Curadoria provisória dos bens do ausente	333

CAPÍTULO IX	Fixação judicial do prazo	334
CAPÍTULO X	Notificação para preferência	335
CAPÍTULO XI	Herança jacente	338
CAPÍTULO XII	Exercício da testamentaria	338
CAPÍTULO XIII	Apresentação de coisas ou documentos	339
CAPÍTULO XIV	Exercício de direitos sociais	339
SECÇÃO I	Do inquérito judicial à sociedade	339
SECÇÃO II	Nomeação e destituição de titulares de órgãos sociais	341
SECÇÃO III	Convocação de assembleia de sócios	342
SECÇÃO IV	Redução do capital social	342
SECÇÃO V	Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação	343
SECÇÃO VI	Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações	343
SECÇÃO VII	Liquidação de participações sociais	344
SECÇÃO VIII	Investidura em cargos sociais	345
CAPÍTULO XV	Providências relativas aos navios e à sua carga	345
CAPÍTULO XVI	Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta	347
TÍTULO XVI	Do processo de inventário	348
CAPÍTULO I	Disposições gerais	348
CAPÍTULO II	Inventário destinado a fazer cessar a comunhão hereditária	352
SECÇÃO I	Fase inicial	352
SECÇÃO II	Oposições e verificação do passivo	355
SECÇÃO III	Audiência prévia de interessados	357
SECÇÃO IV	Saneamento do processo e conferência de interessados	357
SECÇÃO V	Incidente de inoficiosidade	360
SECÇÃO VI	Mapa da partilha e sentença homologatória	361
SECÇÃO VII	Incidentes posteriores à sentença homologatória	364
SECÇÃO VIII	Custas	365
CAPÍTULO III	Partilha de bens em casos especiais	365
LIVRO VI	Do tribunal arbitral necessário	367

EM APÊNDICE:

[1] LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO	
LEI Nº 62/2013, DE 26 DE AGOSTO	369
[1-A] REGIME DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS	
DECRETO-LEI Nº 49/2014, DE 27 DE MARÇO	443
DECRETO-LEI Nº 86/2016, DE 27 DE DEZEMBRO	563
DECRETO-LEI Nº 38/2019, DE 18 DE MARÇO	572

[1-B] REGIME DA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO (TRIBUNAIS JUDICIAIS/TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS) LEI Nº 91/2019, DE 4 DE SETEMBRO	585
[2] JULGADOS DE PAZ LEI Nº 78/2001, DE 13 DE JULHO	593
[3] MEDIAÇÃO LEI Nº 29/2013, DE 19 DE ABRIL	613
[4] ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO	627
[4-A] ARBITRAGEM NECESSÁRIA (CONFLITOS DE CONSUMO) LEI Nº 63/2019, DE 16 DE AGOSTO	655
[5] PLATAFORMA INFORMÁTICA PARA OS MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS: “PLATAFORMA RAL+” DECRETO-LEI Nº 26/2024, DE 3 DE ABRIL	657
[6] COMPETÊNCIA INTERNACIONAL REGULAMENTO (UE) Nº 1215/2012 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012	665
[7] TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS PORTARIA Nº 350-A/2025/1, DE 9 DE OUTUBRO DECRETO-LEI Nº 91/2024, DE 22 DE NOVEMBRO	703 723
[8] ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS (AECOP) E PROCEDIMENTO DE INJUNÇÃO DECRETO-LEI Nº 269/98, DE 1 DE SETEMBRO DECRETO-LEI Nº 62/2013, DE 10 DE MAIO PORTARIA Nº 220-A/2008, DE 4 DE MARÇO	733 746 754
[9] PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO DECRETO-LEI Nº 34/2021, DE 14 DE MAIO PORTARIA Nº 49/2024, DE 15 DE FEVEREIRO PORTARIA Nº 236/2021, DE 5 DE NOVEMBRO	763 776 794
[10] PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO LEI Nº 32/2014, DE 30 DE MAIO PORTARIA Nº 349/2015, DE 13 DE OUTUBRO	797 813

[11] PROCESSO DE INVENTÁRIO LEI Nº 117/2019, DE 13 DE SETEMBRO	823
---	-----

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	5
NOTA PRÉVIA À 24ª EDIÇÃO	6
NOTA PRÉVIA À 23ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 22ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 21ª EDIÇÃO	8
NOTA PRÉVIA À 20ª EDIÇÃO	9
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	11
 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Lei nº 41/2013, de 26 de junho	27
 EM APÊNDICE:	
[1] LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO	
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto	369
 [1-A] REGIME DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS	
Decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de março	443
Decreto-Lei nº 86/2016, de 27 de dezembro	563
Decreto-Lei nº 38/2019, de 18 de março	572
 [1-B] REGIME DA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO (TRIBUNAIS JUDICIAIS/TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS)	
Lei nº 91/2019, de 4 de setembro	585
 [2] JULGADOS DE PAZ	
Lei nº 78/2001, de 13 de julho	593
 [3] MEDIAÇÃO	
Lei nº 29/2013, de 19 de abril	613
	849

SUMÁRIO

[4] ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro	627
[4-A] ARBITRAGEM NECESSÁRIA (CONFLITOS DE CONSUMO) Lei nº 63/2019, de 16 de agosto	655
[5] PLATAFORMA INFORMÁTICA PARA OS MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS: “PLATAFORMA RAL+” Decreto-Lei nº 26/2024, de 3 de abril	657
[6] COMPETÊNCIA INTERNACIONAL Regulamento (UE) nº 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2012	665
[7] TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS Portaria nº 350-A/2025/1, de 9 de outubro Decreto-Lei nº 91/2024, de 22 de novembro	703 723
[8] ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS (AECOP) E PROCEDIMENTO DE INJUNÇÃO Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de maio Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	733 746 754
[9] PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM MATÉRIA DE ARRENDAMENTO Decreto-Lei nº 34/2021, de 14 de maio Portaria nº 49/2024, de 15 de fevereiro Portaria nº 236/2021, de 5 de novembro	763 776 794
[10] PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO Lei nº 32/2014, de 30 de maio Portaria nº 349/2015, de 13 de outubro	797 813
[11] PROCESSO DE INVENTÁRIO Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	823
ÍNDICE REMISSIVO	833
ÍNDICE-SUMÁRIO	841
SUMÁRIO	849

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO **CÓDIGOS** **JURISPRUDÊNCIA** **FORMULÁRIOS** **EUR-LEX** **DICIONÁRIO** **FÓRUM JURÍDICO**

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

